

Lorena Melo Silva

De: Eduardo Serra <eserra@energiacapital.com.br>
Enviado em: terça-feira, 31 de maio de 2016 23:59
Para: consulta publica.portaria
Assunto: Consulta Pública: Portaria 172 de 10/05/2016

Prezado Senhor,

A Energia Capital – Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda, inscrita no CNPJ sob o no. 07.427.888/0001-92, uma das mais atuantes desenvolvedoras de projetos fotovoltaicos do Brasil, vem respeitosamente por meio desta correspondência eletrônica propor as seguintes alterações ao texto proposto de futura Portaria MME, anexa a Portaria no. 172 de 10/05/2016.

Sugestão 01 – Alteração na redação do Artigo 4º. Parágrafo 1º.

“Art. 4º A metodologia, as premissas e os critérios de definição da capacidade do SIN para escoamento, estabelecidos pelo ONS e pela EPE e aprovados pelo Ministério de Minas e Energia, deverão observar o disposto nesta Portaria.

§ 1º Na configuração do sistema do leilão, para a realização da primeira fase, considerando a capacidade do SIN para escoamento de geração, será considerada a expansão da Rede Básica já contratada ou outorgada, até o ano de 2015, com entrada em operação comercial prevista de seis meses de antecedência em relação à data de início de suprimento da energia elétrica, sendo que para a expansão da Rede Básica a ser contratada ou outorgada a partir do ano de 2016, será considerada com entrada em operação comercial até a data de início de suprimento da energia elétrica.”

Justificativa:

Os prazos de execução de concessões de transmissão para certames ocorridos a partir de ano de 2016 inclusive são bastantes superiores aos prazos de concessões de porte/complexidade semelhantes em leilões de concessão anteriores. Estes prazos adicionais foram concedidos tendo-se por base a atual experiência dos concessionários de transmissão, isto é, considerando-se todas as dificuldades conhecidas e seus efeitos, assim sendo, até por isonomia, não podem ser tratadas concessões com prazos de execução diferentes sob o mesmo critério restritivo que teria tudo para se tornar irrealista no que diz respeito as concessões leiloadas a partir de 2016.

Sugestão 02 – Alteração na redação do Artigo 4º., adição do item III ao Parágrafo 6º.

§ 6º A capacidade para escoamento de geração em Ponto de Conexão sob responsabilidade de concessionária ou permissionária de distribuição corresponderá ao maior valor de potência do empreendimento, para o qual seja apresentado o parecer ou documento equivalente para acesso às redes de distribuição, previstos no art. 4º, § 3º, inciso VI, da Portaria MME no 102, de 2016, na respectiva subestação da distribuidora, considerando, exclusivamente para este fim:

I - a potência injetada do empreendimento de maior montante de uso do sistema de distribuição, para empreendimentos a biomassa; e

II - a potência nominal do empreendimento de maior capacidade instalada, para as demais fontes.

III – Nos casos em que a concessionária ou permissionária de distribuição se manifestar sobre a viabilidade de conexão para um conjunto de empreendimentos de um mesmo empreendedor, em um dado Ponto de Conexão, a capacidade de escoamento de geração naquele Ponto de Conexão será a correspondente ao somatório dos empreendimentos que tenham sido considerados conjuntamente pela concessionária ou permissionária de distribuição.

Justificativa:

Existindo capacidade adicional ao do maior empreendimento e sendo esta capacidade atestada pela concessionária ou permissionária de distribuição não haveria razão para determinar capacidade de escoamento menor (limitada a do maior projeto).

Sugestão 03 – Adição do Parágrafo Segundo

Art. 11. No 2º Leilão de Energia de Reserva, de 2016, previsto na Portaria MME nº 104, de 23 de março de 2016, não se aplicam os prazos previstos no art. 2º, § 1º.

Parágrafo Primeiro [único]. No 2º Leilão de Energia de Reserva, de 2016, na expansão da Rede Básica, DIT e ICG, serão consideradas as instalações:

I - homologadas pelo CMSE na Reunião Ordinária imediatamente anterior à data de publicação desta Portaria; e

Anexo à Portaria nº 172, de 10 de maio de 2016 - fl. 7

II - outorgadas pela ANEEL até a data de publicação desta Portaria.

Parágrafo Segundo, No 2º Leilão de Energia de Reserva, de 2016 os cálculos dos quantitativos de capacidade de escoamento considerarão por premissa a capacidade do SIN, área e sub-área, em regime de operação plena ("n"). Correndo por conta e risco do empreendedor qualquer risco de restrição operativa.

Justificativa:

Tendo em vista a condição excecional criada pelo risco de caducidade de importantes concessões seria mais apropriada deixar a avaliação destes riscos aos empreendedores como forma de otimizar o sistema.

Att.,



Energia Capital

Eduardo Serra

eserra@energiacapital.com.br

Av. Faria Lima, 1.461 | 4º andar | Pinheiros

São Paulo | SP | CEP: 01452-002 | T: +55 (11) 3254.7566 | M: +55 (11) 9.8187.2167

Respeito aos recursos, na geração de energia limpa e no consumo de insumos. Pense antes de imprimir.



Livre de vírus. www.avast.com.